



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

A indisponibilidade da informação estatística e a invisibilidade da população em situação de rua no campo das políticas sociais

Afrânnia Hemanuely Castanho Duarte¹
Eliezer Rodrigues dos Santos²
Líria Maria Bettiol Lanza³

Resumo: Este estudo discute o imperativo do recenseamento da população em situação de rua junto ao Censo Demográfico Nacional, garantindo as metodologias necessárias para respeitar as especificidades dessa população não domiciliada. Para isso, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica utilizando um referencial teórico fundamentado no campo crítico e com base no Relatório da pesquisa com a população em situação de rua realizada em Londrina PR. Pontuamos que a falta de cobertura estatística dessa população tem contribuído com sua invisibilidade histórica nas disputas políticas tanto pelos recursos do fundo público como nas prioridades da agenda das políticas sociais.

Palavras-chave: População em situação de rua; Censo Demográfico; Londrina; Política Social.

Abstract: This study discusses the imperative of censusing the homeless with the National Demographic Census, guaranteeing the necessary methodologies to respect the specificities of this non-domiciled population. For this, we developed a bibliographical research using a theoretical framework based on the critical field and based on the research report with the homeless carried out in Londrina, PR. We point out that the lack of statistical coverage of this population has contributed to its historical invisibility in political disputes both over public funds and in the priorities of the social policy agenda.

Keywords: Homeless; Demographic Census; Londrina; Social Policy.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: afrannia@gmail.com.

² Assistente social na Prefeitura Municipal de Londrina. Mestre e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: eliezerrodrigues2@hotmail.com.

³ Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: liriabettiol.j@gmail.com.



I INTRODUÇÃO

O número crescente de pessoas em situação de rua (PSR), bem como suas especificidades e heterogeneidade, têm exposto cada vez mais desafios para a constituição das políticas sociais. Uma das principais demandas do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), além de outras entidades de defesa dos direitos dessa população e pesquisadores da área, tem sido a realização de pesquisas demográficas e censos. Compreende-se que quantificar as pessoas e qualificar dados a respeito de suas condições vida são elementos essenciais para o processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas sociais. Porém a concretização destes censos e estudos demográficos no âmbito nacional tem encontrado barreiras políticas que impedem o seu financiamento e desenvolvimento no âmbito nacional e regional. Contudo, é possível encontrar algumas iniciativas no âmbito municipal que tem articulado parcerias entre entidades e instituições locais para o desenvolvimento deste tipo de pesquisa, buscando atender essa demanda permanente, como é o caso do município de Londrina.

Para este artigo optou-se por uma pesquisa bibliográfica utilizando um referencial teórico fundamentado no campo crítico e com base no Relatório da pesquisa sobre a população em situação de rua realizada em Londrina PR. Nosso objetivo foi apresentar elementos teóricos a respeito das especificidades da PSR e a relevância das pesquisas demográficas e censos para a constituição das políticas sociais nesse campo, sobre tudo destaca-se alguns resultados da pesquisa realizada no município de Londrina com a PSR, tendo como referência a participação efetiva dos autores desse artigo no processo de desenvolvimento da pesquisa.

Este texto se organiza em dois tópicos. No primeiro o debate sobre o imperativo do recenseamento da PSR se desenvolve por meio de reflexões a cerca de sua importância para a constituição das políticas sociais. E no segundo momento enfatiza-se a trajetória de construção e alguns resultados da Pesquisa sobre a População em Situação de Rua em Londrina publicada no ano de 2019.

II CENSOS DEMOGRÁFICOS E PESQUISAS SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O processo de estigmatização e de invisibilidade enfrentado pela população em situação de rua nos processos sociais tem sido uma preocupação presente na disputa política dos principais grupos e organizações que lutam pelos direitos dessa população e no



campo das pesquisas científicas entre os pesquisadores (as) que se debruçam sobre o tema. Compreendemos que o processo de estigmatização⁴ dessa população está associado ao aprofundamento da desigualdade social intrínseco ao modo de produção capitalista que produz e reproduz mecanismos de concentração de renda e poder.

A luta pelo reconhecimento e visibilidade no Estado e na sociedade, a respeito da heterogeneidade e das necessidades humanas dessa população tem se transformado ao longo das décadas. Além disso é importante considerar que a Proteção Social a PSR no Brasil ainda é recente, e está historicamente ligada a prestação de serviços de organizações religiosas de caridade e à Política de Assistência Social, relação histórica que foi sendo construída a partir de mobilizações sociais e entre dois paradigmas: o paradigma filantrópico e o paradigma de direito⁵.

Um marco na história de luta e organização política da PSR foi uma série de assassinatos ocorridos entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, que ficaram conhecidos como o “Massacre da Praça da Sé”: foram quinze pessoas em situação de rua atacadas por golpes na cabeça enquanto dormiam na praça, dos quais, sete morreram. Portanto, ainda que o Movimento da população em situação de rua tenha construído suas bases ao longo das últimas décadas, mediante intervenções de organizações como a OAF (Organização de Auxílio Fraternal) e outros grupos, e tenha acessado posições políticas e participações em fóruns e até promovido a construção de leis municipais específicas de defesa da população de rua, o dia 19 de agosto de 2004 se tornou o marco de fundação e de identidade do MNPR. Além de ter as proporções de um massacre, o fato representou também uma situação limite de violência e violações vividas por quem morava nas ruas⁶. Tanto que, atualmente, o evento é reconhecido pelos movimentos PSR não só do Brasil, mas também na América Latina, como o dia de Luto e Luta da População em Situação de Rua no Brasil e América Latina.

Borisow (2018) e Mello (2011) destacam eventos seguintes que favorecem um contexto político nacional favorável ao diálogo com o MNPR com governos progressistas, como a própria construção do Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a

⁴ PARKER, R. e AGGLETON, P. **Estigma, Discriminação e Aids**. Coleção ABIA, Cidadania e Direitos, n. 1. Rio de Janeiro, ABIA, 2001. Disponível em: <http://www.abiaids.org.br/img/media/colecao%20cidadania%20direito.pdf>. Acesso em maio de 2021.
BACILA, C. R. Os estigmas a partir de duas obras inacabadas sobre preconceitos. In: **Revista Justiça e Sistema Criminal**, v. 7, n. 12, p. 329-354, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/eduma/Downloads/49-92-1-SM.pdf>. Acesso em maio de 2021.

⁵ OLIVEIRA, L. M. F. **O alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito**. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

⁶ O massacre da Praça da Sé é relatado como um evento considerado terrível, que deixa marcas inegáveis, marcando a memória e transformando a identidade de maneira irrevogável, assim como favorece o estabelecimento de relações de solidariedade entre os indivíduos que passam a compartilhar um sofrimento comum a partir do evento. (MELO, 2016, p. 57)



População em Situação de Rua no ano de 2008 e a criação da Política Nacional de Inclusão para Populações em Situação de Rua (PNPR), através do decreto n. 7053, de dezembro de 2009. De acordo com Babosa (2018), a instituição da PNPR representa um marco na trajetória histórica de mobilização e no processo de reconhecimento desse público pelo Estado, pois antes as ações estatais eram marcadas pela ausência de padronização nacional e pela perspectiva caritativa ou repressora. Os primeiros serviços implementados em âmbito nacional em respostas a esta política foram o Consultório na Rua e o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro POP, que apesar de sua formulação no âmbito federal, são programas que dependem da adesão das gestões municipais.

Passado uma década deste marco e da realização do Primeiro Censo Nacional da população de rua, atualmente a invisibilidade da PSR na construção das políticas sociais, tem encontrado substancialidades em projetos de governos neoconservadores, que afinados ao contexto de Reforma do Estado, não há interesse em criar condições para gerar conhecimento a respeito dessa população, seja por meio de censos populacionais, pesquisas diagnósticas, processo de vigilâncias⁷, entre outros, contribuindo assim para a falta de conhecimento e acirramento do preconceito frente à realidade dessa população.

A não inclusão da PSR no Censo Demográfico Nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem levado a judicialização desta demanda, buscando ser garantida pelo poder judiciário, já que o poder Executivo não tem garantido. A justificativa apresentada pelo IBGE pela falta de contagem da PSR à Defensoria Pública da União, conforme documento expedido pela 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro no ano de 2019, foi “que a metodologia existente tem como base a população domiciliada; que a realização de um levantamento nacional não se mostra viável do ponto de vista técnico e operacional, pelo menos para 2020” (RIO DE JANEIRO, 2019, p.5).

Recentemente, o Ministério da Economia anunciou o cancelamento do Censo Demográfico Nacional programado para o ano de 2020, justificando a decisão por necessários cortes orçamentários. Essa decisão implica uma disputa política tanto no uso do fundo público, como no ataque a um dos instrumentos fundamentais no campo da democracia que permite detalhar a população e público-alvo das políticas públicas.

Para Januzzi (2018, p.9)

Certamente a efetividade das políticas públicas depende de muitos outros fatores institucionais e operacionais, mas a disponibilidade da informação estatística de boa qualidade e regularidade potencializa as chances de sucesso, ao permitir a identificação de demandas sociais latentes na

⁷ NUNES, Rodrigo dos Santos. **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de Vigilância Socioassistencial?**. 2019. Tese. Programa de Pós graduação em Serviço Social. PUCRS.



sociedade (e sua vocalização por grupos interessados em influenciar a agenda governamental), viabilizar a elaboração de diagnósticos mais robustos em escopo e escala territorial, possibilitar o mapeamento de capacidade de gestão e atendimento de serviços no território e oportunizar indicadores de monitoramento e avaliação, mais gerais e às vezes mais específicos, de políticas e programas.

Compreende-se que a publicização dos resultados das pesquisas e censos podem contribuir com a instrumentalização dos sujeitos implicados e os demais interessados na área por meio das reflexões a cerca do processo de implementação e de avaliação das políticas e programas para a PSR, além de fortalecer a participação política na disputa pelo financiamento nas instâncias de controle social⁸.

A pandemia por Covid-19 e a crise política e econômica no país têm corroborado com o acirramento das expressões da questão social, pois as repercussões são mais devastadoras para os grupos de maior vulnerabilidade como a pessoas em situação de rua. De acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (2019; 2021) o número de PSR no município teve um aumento significativo entre os anos de 2019 e 2021. Enquanto o Censo municipal realizado em 2019 contabilizou 24.344 mil pessoas, a pesquisa municipal de 2021 identificou 31.884 pessoas. Frente a essa realidade, o MNPR se articulou na defesa de garantir a vacinação contra a Covid-19 para a PSR enquanto grupo prioritário, mas a falta do quantitativo nacional também interferiu na estimativa realizada pelo Ministério da Saúde.

De acordo com Dias (2021), o Ministério da Saúde apresentou o número de 66.936 pessoas em situação de rua em seu primeiro Plano de Vacinação e este número foi contestado através de uma demanda da Defensoria Pública de Mato Grosso, no qual foi realizado um estudo que contabilizou em todo país 160 mil pessoas em situação de rua. O relatório técnico produzido pelo Projeto de Extensão Polos de Cidadania (UFMG), contou com registros da base de dados do Cadastro Único para programas sociais do governo federal.

Dado esse contexto, a invisibilidade da PSR é reafirmada com o quantitativo de órgãos públicos que não reflete a realidade dessa população no país, e pelas barreiras que inviabilizam estudos estatísticos regulares e de qualidade. Compreendemos que essas barreiras são constituídas por disputas políticas de prioridades na agenda social e na destinação de recursos orçamentários. Essas disputas estão marcadas por uma estrutura que tem inviabilizado o olhar para as especificidades dessa população, desde as diferentes concepções do que seria estar em situação de rua, e se concretiza nas diversas formas de violação de direitos e violência enfrentada diariamente por essa população.

⁸ DUARTE, A.H.C.; SANTOS, E. R. A participação política na disputa pelo fundo público e sua influência para efetivação das políticas sociais In: LANZA; FAQUIN; ROMIZI. **A mobilidade humana internacional: entre direitos ideais e políticas reais.** 1 ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021, v.1, p. 55-75.



Dada a necessidade de recenseamento nacional dessa população é necessário considerar as especificidades dessa população, para além do processo de estigma já citado que atribui ao imaginário social com algumas confusões frequentes ao se caracterizar essa população de forma massificada como *mendigos, andarilhos, drogados, vagabundos, loucos*, entre outros termos. Nesse artigo, toma-se a definição da Política Nacional de Inclusão para Populações em Situação de Rua, que contou com subsídios do estudo qualitativo realizado no Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua de 2008, considerando aquele que “[...] faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades” (BRASIL, 2008), ou seja considerar a situação de rua como um processo é reconhecer uma condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, reconhecendo assim um movimento em perspectiva de superação⁹.

Assim dizendo, além daqueles que habitam as ruas, há aqueles que utilizam o espaço da rua para realização de meios para subsistência, geralmente através de trabalhos precários; para o uso de substâncias psicoativas; a rua como refúgio¹⁰, dentre outros condicionantes estruturais e subjetivos. Embora não seja o objetivo deste artigo exprimir a diferença entre aqueles que circulam ou que se fixam nas ruas, é importante pontuar que existem estudos que analisam essas diferenças e as mudanças no perfil da PSR, seja por condicionantes estruturais, mas também pelas mudanças na política pública de atendimento a essa população, enquanto público-alvo, influenciados por concepções sobre o viver nas ruas, reconhecendo essa construção de perfil social como um processo histórico, dialético e contraditório (OLIVEIRA, 2013, PALOMBINI, 2014).

As especificidades da PSR são muitas, reafirmando a heterogeneidade dessa população, que apesar de apresentar uma parcela significativa de homens negros, há também mulheres, pessoas transexuais, idosos, imigrantes, dentre outras particularidades que fazem com que o processo de planejamento, execução e avaliação das políticas e programas de atendimento a essa população não seja tarefa fácil, sendo imprescindível o estudo que acompanhe a reconfiguração em curso do perfil social e as necessidades da PSR nos territórios.

A observância dessas particularidades permite que as metodologias de recenseamento ampliem a sua capacidade de logística de campo e abordagens específicas de pessoas sem endereço fixo, conforme tem sido a justificativa do IBGE frente à falta de quantitativo dessa população no Censo Demográfico Nacional.

⁹ PRATES, Flávio Cruz; PRATES, Jane Cruz; MACHADO, Simone Araújo. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

¹⁰ Melo, T.H.A.G. (2016). Mundos que Refugam, Ruas como Refúgio: Reconfigurações no Perfil Social da População em Situação de Rua. **Revista Florestan Fernandes**, 3 (1), 10-31.



Além do Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua de 2008, algumas pesquisas municipais (PMS, 2016; UFRGS, 2011; LANZA, et. al. 2019) tem demonstrado, a partir de suas experiências que é possível planejar e executar junto ao MNPR e outras parcerias, do ponto de vista técnico e operacional, metodologias que garantam as especificidades da PSR. Seja por meio da capacitação dos pesquisadores, da integração com lideranças do MNPR e pessoas em situação de rua e/ou trajetória de rua, com os trabalhadores da rede de serviços, mapeamento dos locais de maior permanência dessa população, entre outros, como será demonstrado a seguir a partir da experiência recente de Londrina PR.

III A TRAJETÓRIA DA PESQUISA EM LONDRINA, INTERLOCUÇÕES E POSSIBILIDADES DE ENTENDIMENTOS DOS DADOS OBTIDOS.

Segundo dados do *website* da Prefeitura de Londrina em 2022, a cidade tem uma população estimada em 575 mil pessoas, com uma população economicamente ativa de 275 mil pessoas, sendo referência metropolitana para outros 24 municípios, é considerada a segunda cidade mais populosa no Paraná e a trigésima oitava mais populosa do Brasil. A população de Londrina é majoritariamente branca (70.4%) fator que remete à destinação principal dos imigrantes europeus no Brasil, ocupando prioritariamente cidades do sul. Em termos de economia municipal, o PIB per capita em 2018 era de 35.383 reais, sua produção é baseada nos setores de serviços e comércios (82.09%) seguido da indústria (16.13%) e agropecuária (1.78%).

O processo de desenvolvimento da Pesquisa sobre a População em Situação de Rua em Londrina, será discutido tendo como referência participação efetiva dos autores desse artigo no processo de desenvolvimento da pesquisa, e no relatório final apresentado por (LANZA, et. al, 2019).

Sua realização se deu mediante a uma série de iniciativas de instituições, pessoas, militantes e estudiosos do tema, capitaneado pelo Ministério Público Estadual de Londrina, mais precisamente pela 24.^a Promotoria de Justiça da Comarca de Londrina vinculada a defesa da saúde pública e proteção aos direitos humanos. Tal pesquisa teve inspiração em um processo similar realizado na cidade de Maringá, ao passo que, os atores que organizaram o estudo na referida cidade, participaram da fase de formação dos pesquisadores, durante a produção dessa pesquisa.

A demanda apresentada pela Promotoria se deu em função da ausência de dados, indicadores e tendências atuais, visto que os números apresentados em pesquisas anteriores, não contemplavam a realidade atual do município de Londrina, assim como a



fragilidade encontrada nos estudos nacionais e a não inclusão dessa população nos processos censitários. Sua atualização foi fundamental para prospectar políticas públicas que atendessem de modo efetivo a população em situação de rua do município.

Junto à 24.^a Promotoria de Justiça, houve o apoio e participação da Defensoria Pública do Estado do Paraná e da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no qual envolveu múltiplos Centros de Estudos, trazendo um caráter multiprofissional à pesquisa, que contribuiu para organizar e conferir metodologias, técnicas e estratégias validadas pela comunidade científica ao processo em questão. A atuação da universidade se deu por meio do “Projeto Integrado Práxis Itinerante: novas perspectivas para as juventudes e populações vulneráveis”¹¹, o qual pode abarcar em seu conjunto de colaboradores, professores, alunos e estagiários da própria UEL, assim como de outras universidades/faculdades do município de Londrina, tais como, a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).

Diante das especificidades da população em situação de rua, foi indispensável a participação da Prefeitura Municipal de Londrina, por meio dos serviços que atuam diretamente com esse público e que, portanto, possuem uma *expertise* no manejo com a população, decorrente do vínculo construído durante o trabalho desenvolvido. Os serviços colaboradores dessa pesquisa são: o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, e o Consultório na Rua, lotado na Secretaria Municipal de Saúde. Os Acolhimentos Institucionais (abrigos) que atuam por meio de conveniamento com a Secretaria Municipal de Assistência Social, figuram como instituições do terceiro setor, que executam seu trabalho diretamente com a população aludida e também apoiaram a execução da pesquisa.

Para além das referidas instituições, a pesquisa articulou representantes do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, os quais colaboraram em todo o processo e substancialmente, na sensibilização da população. Pessoas que residem em Londrina e fazem parte do Movimento, colaboraram ainda, na aplicação dos questionários e como facilitadores para propiciar a inserção de pesquisadores em locais ocupados por pessoas em situação de rua, cujo acesso de “estranhos” é limitado.

As fases da pesquisa podem ser sumariadas em Caracterização da população em situação de rua (LANZA et.al. 2019, p. 14). Tal processo utilizou um instrumento de coleta de dados com questões quantitativas e qualitativas, sua aplicação se deu após um intenso processo de formação dos aplicadores e mapeamento prévio dos locais onde a população costuma permanecer, o qual foi baseado nas abordagens realizadas pelo SEAS

¹¹ Para maiores informações sobre o Projeto acessar: <https://linktr.ee/praxisitinerante>.



e no conhecimento tácito dos trabalhadores do Centro Pop e Consultório na Rua. A pesquisa foi realizada durante quatro semanas entre setembro e outubro de 2018.

A segunda fase foi a análise e interpretação dos dados, para tanto foi utilizado o *software* Lime Survey, disponibilizado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, elaboração de gráficos e organização de depoimentos de caráter 'livre', espaço disponibilizado no instrumento de coleta de dados e estimulado pelos pesquisadores.

Apresentaremos a seguir parte das informações obtidas na pesquisa com fito de revelar o perfil das pessoas em situação de rua do município de Londrina tendo como referência os dados sociais de classe raça e sexo e as informações iniciais de tempo em situação de rua e local de origem.

Segundo informações do relatório final da pesquisa, (LANZA, et. al. 2019), do total de questionários realizados, 109 foram excluídos por estarem parcialmente respondidos e, portanto, prejudicados para a análise final, dessa forma, foi possível analisar 825 questionários. É importante destacar esses números, pois eles apresentam uma estimativa do total de pessoas em situação de rua em Londrina, questão realizada de modo recorrente às autoridades municipais e aos pesquisadores, pela comunidade em geral, pelo poder judiciário, pela mídia, entre outros.

Esse número também pode ser de grande valia, para problematizar questões referentes ao número total de trabalhadores, sua capacidade de atendimento, o quantitativo de vagas disponibilizadas nos acolhimentos institucionais, acesso aos serviços oferecidos pelas instituições, a saber: acesso à higiene pessoal, alimentação, número de consultas médicas e de enfermagem, o que pode indicar a relação entre a capacidade de atendimento dos serviços e a necessidade demandada pelo público alvo.

Os dados nos revelam que a maioria das pessoas em situação de rua são do sexo masculino, correspondente ao percentual de 84%, desse 59.3% se identifica como negra, preta ou parda, 68% estão na faixa etária de 25 a 50 anos. O que revela que a população que está em situação de rua em Londrina, em sua maioria é negra, jovem e do sexo masculino. Ainda que Londrina possua um alto número de pessoas identificadas como brancas (70.4%) as informações coadunam com as estimativas nacionais apresentadas pelo Ministério da Cidadania em 2019, a saber: "82% das pessoas em situação de rua eram homens. Mais da metade (53%) possuía entre 25 e 44 anos. 67% das pessoas se declararam pardas ou negras". (BRASIL, 2019 p. 10), fator que pode indicar que o processo de institucionalização do racismo no município é mais agravado, ao passo que, o número de negros na rua é semelhante, mas sua população é majoritariamente branca.

Esse perfil também é encontrado nos indicadores do sistema penitenciário brasileiro, nos trabalhadores sem acesso à direitos trabalhistas, ou seja, na informalidade,



nas formas mais penosas de trabalho, o que inclui o tráfico de drogas, mais recentemente, tem se identificado esse perfil nos trabalhadores que atuam por meio de aplicativos, (BAHIA, 2020) o que aponta ainda, que a vivência de rua expressa a estrutura desigual que se desdobra de modo mais violento sobre a parcela da população submetida ao perfil identificado na pesquisa.

A respeito do tempo em que estavam em situação de rua e a cidade de origem, pode-se observar que a maior parte está há um curto período de tempo nessa condição: de 01 a 06 meses, e são originários da cidade de Londrina e de cidades circunvizinhas (51.3%). Esses dados indicam a importância de Londrina, enquanto região metropolitana e alvo dos processos migratórios no afã de construção de novas formas de vida e sustento diante das condições cada vez mais precárias vivenciadas nas cidades de menor porte, geralmente trabalhadores rurais. Por outro lado, o fato de um percentual significativo ter origem no próprio município (29.6%), aponta a fragilidade dos sistemas protetivos em seu escopo preventivo, que se demonstra ineficiente para evitar a prevalência da rua como alternativa de vida, contudo, o marco temporal apontado pelos sujeitos no tocante à sua trajetória de rua, revela que o enfrentamento das situações que impulsionem processos crônicos e sedimentadores da vivência de rua, pode e deve ser considerado no âmago das políticas sociais, como um ponto estratégico de organização e estruturação dos serviços que atuem com essa população.

IV RESULTADOS E CONCLUSÕES

As reflexões a respeito da indisponibilidade de informação estatística no âmbito nacional sobre a PSR não se esgotam nesse texto. Acredita-se que este tema merece aprofundamento teórico sobre as metodologias, técnicas e instrumentos necessários para ampliar a capacidade logística das pesquisas demográficas e abordagens específicas de pessoas sem endereço fixo e garantir o respeito às especificidades da PSR. No entanto, compreende-se que o recenseamento da PSR no âmbito nacional, de forma permanente, além de ser uma demanda da luta do MNPR, é também um elemento essencial na constituição das políticas sociais. Contudo, pontua-se que a falta de cobertura estatística dessa população tem contribuído com sua invisibilidade histórica nas disputas políticas tanto pelos recursos do fundo público como nas prioridades da agenda das políticas sociais. Em relação à pesquisa com a PSR realizada em Londrina, compreende-se que os dados identificados não só quantificam a PSR, mas demonstram de forma concreta seus modos de vida e necessidades sociais – básicas e particulares. Assim, oferecem importantes informações que podem subsidiar as políticas públicas em ações equânimes e efetivas que reafirmem os direitos sociais em uma perspectiva universal e não homogênea.



REFERÊNCIAS

BAHIA, Núcleo de Estudos Conjunturais, Projeto caminhos do trabalho: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global **Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil**, Bahia, 2020. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatório-de-Levantamento-sobre-Entregadores-por-Aplicativos-no-Brasil.pdf>. Acesso em abril de 2022.

BARBOSA, J. C. G. **Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua : desafios e aprendizados** Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília : IPEA, 2018.

BORISOW, Igor da Costa. **O Consultório na Rua e a atenção básica à população em situação de rua**. Tese (doutorado) Faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Ação e gestão de informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. Rua. **Aprendendo a contar: Pesquisa sobre a população em situação de rua**. Brasília DF, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política nacional para Inclusão Social da População em situação de rua**. Brasília, 2008.

DIAS, A.L. (org). **Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil -Relatório técnico-científico** – Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, MG: Marginália Comunicação, 2021.

JANNUZZI, P.M. A importância da informação estatística para as políticas sociais no Brasil. In: **Revista brasileira de estudos de população**. 2018; Belo Horizonte.

LANZA, Fabio, ROCHA Marco Antônio, MIANO, Rosinaldo (ORGs) e vários autores. Relatório final **PESQUISA COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA LONDRINA-PR** (2017-2019). Disponível em: <<http://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-assistencia/dpse/centro-pop/36734-relatoriofinalondrinapesquisapoprua/file>> acesso em abril de 2022.

LONDRINA, Prefeitura de. Londrina em dados 2020 (ano base 2019), Disponível em: <<https://portal.londrina.pr.gov.br/londrina-em-dados-2020-ano-base-2019>> acesso em abril de 2022.

OLIVEIRA, L. M. F. **O alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito**. 2017. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

PALOMBINI, L.L. Moradores de rua e suas relações com o espaço urbano. In: **Para Onde!?**, 7 (2): 47-56, ago./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/49926>. Acesso em: março de 2022.

MELO, Tomas Henrique de Azevedo Gomes. **A Rua e a Sociedade: Articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**.



2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMS). Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. **Relatório da Pesquisa social participativa Pop Rua**. 2016. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Pesquisa%20Social%20Participativa.pdf. Acesso em abril de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. **Pesquisa Censitária da população em situação de rua, Caracterização socioeconômica da população em situação de rua e Relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo, 2019**.

Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SMADS_SP.pdf . Acesso em março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. **Pesquisa Censitária da população em situação de rua, Caracterização socioeconômica da população em situação de rua e Relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo, 2021**.

Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626. Acesso em março de 2022.

RIO DE JANEIRO. 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro. **Processo nº 0019792 38.2018.4.02.5101 (2018.51.01.019792-0)**. Autor: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. Réu: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE E OUTRO. Disponível em: <https://assibge.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Senten%C3%A7a-Censo-IBGE.pdf> . Acesso em março de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. UFRGS. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. In: Relatório quantitativo realizado através de Contrato entre a FASC e a UFRGS / FAURGS e executado pelo IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2016.